



Apresentação: 07/04/2020 19:08

PL n.1692/2020

(Deputado Alexandre Frota)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º- O transporte público municipal, intermunicipal e interestadual, devem cumprir a legislação de trânsito e não poderão transportar pessoas em pé nos ônibus que servem a população, sob pena de multa.

§ 1º todos os assentos deverão ter sinto de segurança, já obrigatório em lei específica.

§ 2º as penas serão estabelecidas em lei por seus municípios ou estados da federação de acordo com a legislação nacional de trânsito.

Art. 2º As tarifas cobradas não poderão sofrer reajuste para a efetivação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor no ano seguinte a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal estabelece que sejam competentes para legislar sobre transportes públicos os Estados e Municípios.



Porém até a presente data a legislação que determina que todos os passageiros dos transportes coletivos estejam sentados e com os devidos cintos de segurança, não foi cumprida.

Esta lei visa, além da segurança das pessoas, diminuir o assédio imoral e criminoso sofrido, quase que diariamente, pelas mulheres que se utilizam do transporte público.

Não podemos mais tratar nossos contribuintes e as pessoas que sustentam com o pagamento de tarifa, como se fossem “sardinhas em lata” a nossa função de legisladores é de respeitar os limites legais e o respeito com os cidadãos.

Vemos que vários países no mundo não transportam seus passageiros em pé nos seus ônibus de transporte coletivo, portanto precisamos melhorar as condições destes transportes para a população.

O impedimento do reajuste de tarifa por causa desta lei é imperioso, não podemos mais aumentar os custos de trabalhadores, nem tampouco sacrificar ainda mais os cidadãos brasileiros.

Por todo o exposto, este projeto de lei, é medida de justiça e respeito para toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões de abril de 2020

Alexandre Frota
Deputado Federal
PSDB/SP